



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

**EDITAL**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2014 - SRP**

**DATA DA REALIZAÇÃO: 09/01/2015**

**HORÁRIO: A PARTIR DAS 11h00min**

O Senhor Raff de Melo Porto, Pregoeiro do Município de JUAREZ TÁVORA, constituído pela portaria n.º 048/2014 de 05 de Novembro de 2014, faz saber a todos os interessados, de que trata a presente licitação na modalidade Pregão Presencial **por Registro de Preço**, do tipo MENOR PREÇO, em sessão pública, na sede da Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA/PB, situada na Rua José Mendonça de Araújo, N 171 – Centro Juarez Távora –PB, que será regida pela Lei federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, Lei complementar n.º 123/2006 e suas alterações, Decreto n.º 7892/13 e alterações bem como toda legislação correlata e demais exigências Previstas neste edital e anexos.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório conforme anexo I (Termo de Referência), que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada no prédio sede da Prefeitura Municipal de Juarez Távora/PB, cujo endereço encontra-se no preâmbulo deste edital, iniciando-se no dia **09 de janeiro de 2015 às 11h00min** (horário local) e será conduzida pelo Pregoeiro, designados nos autos do processo em epígrafe.

**I - DO OBJETO**

1 - A presente licitação tem por objeto a eventual **AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL**, detalhado as especificações no anexo I (Termo de Referência) do presente Edital.

**II - DA PARTICIPAÇÃO**

**1 – Poderá (ão) participar do certame todas as empresas, que preencherem todos os requisitos constantes neste ato convocatório.**

**2 - Não será aceita a participação de empresas nesta Licitação, quando:**

2.1 Reunidas em consórcios, grupos ou associações de empresas, haja vista que o objeto possui baixa complexidade, cujos valores também não são elevados, conforme Acórdãos TCU n.º 1.405/2006, 1.453/2009, - Plenário e n.º 1.102/2009.

2.2 Cujos dirigentes ou responsáveis técnicos ocupem ou tenham ocupado cargo de direção, assessoramento superior, assistência, intermediária, cargo efetivo ou emprego na Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA/PB ou em qualquer órgão ou entidade a eles vinculados, nos últimos 60 (sessenta) dias corridos, anteriores à data da publicação do Aviso deste Edital.

2.3 Em processo de falência ou concordata.

2.4 Estejam impedidas de licitar, contratar e/ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de suas entidades descentralizadas.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

2.5 Estejam declaradas inidôneas por Órgão ou por Entidade da Administração Direta, por Autarquias, Fundações ou Empresas Públicas e por demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

2.6 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

2.7 Empresas que possuam posto(s) localizado(s) a uma distância superior a 10 (Dez) quilômetros do prédio sede da Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA, situada no preâmbulo deste edital. A distância deverá ser declarada, conforme indicação no anexo VIII deste edital.

### **2.8 Empresas que não estejam enquadradas como ME e EPP no lote II.**

## **III - DO CREDENCIAMENTO**

---

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados, os seguintes documentos;

a) Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos, e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para **formular lances**, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3 - Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

## **IV - DO CADASTRAMENTO**

---

1 – Não será exigido cadastro para participação do certame.

1.1- O CRC (Certificado de registro Cadastral) perante o Município de JUAREZ TÁVORA, poderá ser apresentado pelo licitante, com validade em vigor e compatível com o objeto de aquisição do presente certame, como substitutivo dos documentos exigidos no item **VII, 1.1 e 1.2 “a”, “b”, “c” e “d”** deste edital.

1.1.2 - Na hipótese de apresentação do CADASTRO com documento com validade vencido, o licitante deverá apresentar juntamente com a documentação de habilitação, documento (s) válido (s) que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

## **V - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

---

1 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo VI ao Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 1 e 2.

2- A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA/PB**  
**CNPJ 08.919.490/0001-36**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2014**  
**LICITANTE: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_**  
**ENVELOPE nº 1 (DOCUMENTOS PROPOSTA)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA/PB**  
**CNPJ 08.919.490/0001-36**  
**PREGÃO PRESENCIAL – n.º 008/2014**  
**LICITANTE: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_**  
**ENVELOPE nº 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)**

3 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

4 - Aos licitantes interessados fica resguardado o direito de enviar os envelopes de Credenciamento, Proposta Comercial e Documentos de Habilitação via postal, desde que, sejam protocolados na Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA, no local onde funciona a Comissão Permanente de Licitação (PREGÃO), com toda identificação do licitante e dados pertinente ao procedimento licitatório em epígrafe.

## **VI – DA FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS**

---

1 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

### **2 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:**

- a) nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
- b) número do Pregão Presencial;
- c) descrição do objeto da presente licitação, com todos os elementos em conformidade com as especificações do Termo de Referência – Anexo I deste Edital e conforme modelo constante no anexo V;
- d) preço unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- e) Descrição do objeto;
- f) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 dias.

3 - O pregoeiro poderá solicitar às licitantes que forneçam os esclarecimentos que julgar necessários em relação à planilha de custos.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

- 4 - Em caso de divergência entre os valores apresentados expressos em numerais e por extenso, prevalecerão estes. Eventuais correções poderão ocorrer, quando da análise das propostas, tendo por base a quantidade prevista e o preço unitário proposto.
- 5 - Em caso de não incidência e/ou isenção de impostos, a licitante deverá indicar o documento legal que determine o benefício.
- 6 - O objeto da licitação deverá ser de acordo com as condições contidas no Termo de Referência e edital.
- 7 - Fica vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.
- 8 - Não é permitida a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto da presente licitação.
- 9 - Os preços propostos pela licitante vencedora permanecerão irrevogáveis, EXCETO quando comprovadamente comprometer o equilíbrio econômico-financeiro deste termo contratual.
- 10 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 11 - A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## **VII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"**

---

1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

### **1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

---

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- b.1) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **1.2 - REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA**

---

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) **emitido em até 90(noventa) dias anterior a data da abertura dos envelopes;**
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Federal, Estadual e Municipal** da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (**INSS**), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**).



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

e) Prova de Regularidade através da apresentação de certidão negativa da inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho conforme dispõe o art. 3º da Lei 12.440/2012.

f) Alvará de localização e funcionamento

**1.2.1 - Caso o licitante detentora do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.**

### **1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

---

a) Certidão Negativa de Falência ou em Processo de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, nos termos da Lei no 11.101/2005, expedida pelo Distribuidor do Fórum da sede da pessoa jurídica, **expedidas em até 90 (noventa) dias anterior a data da abertura dos envelopes;**

### **1.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

---

a) Pelo menos um atestado de capacidade técnica que comprove a empresa já ter contratado com órgão (s) público (s) ou privado (s) com especificações compatíveis com o objeto licitado em papel timbrado contendo, endereço, fone/fax, assinado e rubricado **e reconhecido firma em cartório por pessoa competente.**

**Parágrafo primeiro:** entendem-se como pessoa competente, sócios, ordenador de despesa, secretários, diretores ou Dirigentes.

b) Registro na ANP – Agencia Nacional de Petróleo, de acordo com a portaria 116/2000, de 05/07/2000, informando a Bandeira Distribuidora.

c) Atestado emitido pelo INMETRO, quando a regularidade da aferição metrológica das bombas de combustíveis do estabelecimento.

### **1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES**

---

a) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando nos moldes do anexo IV do presente edital.

## **VIII - DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO FORTE**

---

1- As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte que desejarem fazer jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, deverão após o ato do credenciamento, apresentar documento oficial que comprove essa condição. (Art. 3º da LC 123/2006)

1.1 - Entende-se por documento oficial: Declaração de Enquadramento, devidamente registrada na Junta Comercial; Declaração emitida pela Receita Federal ou declaração conforme anexo VII do presente edital.

1.1.1 - O licitante acima identificado que não comprovar através de documento oficial, sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não usufruirá do tratamento diferenciado estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 2006.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

1.2 As microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme determina o artigo 43 da LC 123/2006.

1.3 Havendo alguma restrição (comprovação da regularidade fiscal), será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.4 A não regularização da documentação, no prazo legal, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

1.5 Nesta licitação será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme preconizam os artigos 44 e 45 da LC 123/2006.

1.6 O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar-se em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

## **IX - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

---

1 - No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

2 - Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão o Pregoeiro à declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo VI ao Edital, em envelope separado, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

2.1 - Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

3.1 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduzirão ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

3.2 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

4.1 - Para efeito de seleção da proposta o critério de julgamento será o **menor preço unitário**.

5 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

5.1 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

6 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

7 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

9 - Após a negociação se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

10 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o Envelope nº 2, contendo os documentos de habilitação de seu autor.

11 - Obrigatoriamente os produtos a serem ofertados deverão ser de 1ª qualidade;

12 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão Presencial, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos, ou;

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações (Internet)

b.1 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

b.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

13 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

14 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço observada à ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente.

15 - No caso de todas as licitantes serem inabilitadas ou todas as propostas desclassificadas, o pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, escoimada das causas que motivaram a inabilitação.

## **X – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

---

1. Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 05 dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços, nos termos da minuta constante do Anexo II, que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso entre as partes.

1.1. Deverá ser incluído para formação de cadastro de reserva, na respectiva Ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, na forma do disposto no artigo 11, §1º do Decreto 7.892/13 e alterações, respeitando-se, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata.

1.1.2. O registro a que se refere à condição 1.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13 e alterações.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Juarez Távora.

1.3. Caso o licitante não assine a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido neste edital, bem assim, não mantenha as condições de habilitação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a Prefeitura declarará sem efeito os atos de classificação final, adjudicação e homologação e convocará licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo no mesmo prazo e nas mesmas condições do primeiro colocado.

1.3.1. Os autos do processo licitatório serão encaminhados ao Pregoeiro para que providencie a convocação, através de aviso no Diário Oficial do Estado, dos demais licitantes classificados para sessão de reabertura do certame.

1.3.2. Iniciada a reunião, o Pregoeiro negociará a redução do preço com o licitante e, em seguida, procederá conforme o disposto neste edital.

1.3.3. Caso não obtenha sucesso na negociação com o segundo colocado, o Pregoeiro negociará com o licitante subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta com o preço igual ao do primeiro colocado.

1.3.4. Se nenhum licitante baixar seu preço para o preço do primeiro colocado, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inc. XXIII da Lei nº 10.520/2002 e art. 27, §3º do Decreto 5450/2005.

1.3.5. Obtida proposta que atenda às exigências do edital e verificada a habilitação do licitante, o Pregoeiro negociará com o licitante para que o mesmo reduza seu preço ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, tendo como objetivo a formação do cadastro de reserva, na forma do artigo 11, §1º do Decreto 7.892/13 e alterações.

1.3.6. Finalizados os procedimentos acima, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado ao licitante vencedor.

1.4. A licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação para a assinatura da Ata, bem como durante o período de sua vigência.

1.5. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Juarez Távora a firmar as contratações que deles poderão advir.

1.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

1.8. Em caso de adesões, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preço, observados as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

1.8.1. As adesões às atas somente poderão ser efetuadas com autorização do órgão gerenciador e, no caso, após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata. Após a autorização do órgão gerenciador, o “carona” deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

1.8.2. Para fins de autorização, só serão aceitos pedidos de adesões às atas que não excedam, por órgão ou entidade solicitante, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

1.8.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

## **XI - DA REVISÃO DOS PREÇOS**

---

1. Os preços registrados permanecerão fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA**

---

2. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico- financeiro, a ser feita, preferencialmente, através de notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricante ou outros que demonstrem indiscutivelmente a elevação do custo do objeto.
3. Para a concessão desta revisão, a empresa deverá comunicar a Prefeitura Municipal de Juarez Távora a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado, anexando os documentos comprobatórios da majoração.
4. Durante o período de análise do pedido, a empresa deverá efetuar a entrega dos bens pelo preço registrado, mesmo que a revisão seja posteriormente julgada procedente.
5. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Prefeitura convocará o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
6. A ordem de classificação das licitantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
7. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.
8. Ocorrendo a situação acima descrita, a Prefeitura poderá, ainda, convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
9. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
10. O licitante vencedor somente será liberado, sem penalidade, do compromisso assumido na Ata de Registro de Preços quando:
11. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
12. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso.
13. A pedido do fornecedor.

## **XII - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

---

1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
  - 1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - 1.3. Não assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Prefeitura, sem justificativa aceitável;
  - 1.4. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - 1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei nº 10.520/02;
  - 1.6. Poderá ainda ser cancelado o registro de preços na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados;
  - 1.7. Por razão de interesse público; ou
  - 1.8. A pedido do fornecedor.
- 1.9. Em qualquer caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa, o cancelamento ocorrerá mediante determinação da Prefeitura Municipal de Juarez Távora.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA**

---

### **XIII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

---

- 1 - No final da sessão, a licitante, que quiser recorrer, deverá manifestar, imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas, para apresentar contra-razões em igual número de dias que, começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 5 - O recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **XIV - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DO OBJETO DA LICITAÇÃO.**

---

- 1 - Os combustíveis deverão ser fornecidos em locais apropriados e que distem no máximo 10 (dez) quilômetros no prédio sede da Prefeitura Municipal e serão fornecidos de forma imediata após a entrega da ordem de abastecimento/fornecimento, contendo a especificação dos produtos e a quantidade, emitida pelo Departamento de transporte, devidamente autorizada e identificado.

### **XV - DA FORMA DE PAGAMENTO**

---

- 1 - O pagamento será efetuado parceladamente em até 30 dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA/PB.
- 2- O pagamento será feito mediante cheque nominal do Banco do Brasil ou outra instituição bancária da contratante.
- 3- O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- 4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 5 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times P$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (Tx/100)$$



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

365

Tx = utilizar IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

### **XVI - DA CONTRATAÇÃO**

---

1 - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura do termo de contrato; cuja respectiva minuta constitui, anexo do presente ato convocatório.

1.1 - Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

1.2 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (Cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XVI, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

2 - A adjudicatária deverá no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados da data da convocação, comparecer a sede da Comissão Permanente de Licitação do Município de JUAREZ TÁVORA/PB, para assinar o termo de contrato.

3 - Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 1.1 deste item XVI, ou se recusar a assinar o contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.

3.1 - Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 02 (dois) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

3.2 - A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

### **XVII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

---

1 - A Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do objeto do presente Edital:

a) Advertência por escrito sobre o descumprimento do contrato e outras obrigações assumidas, quando considerados faltas leves, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) Multa, observados os seguintes limites:

b.1) de 0,3% (três décimos por cento) por dia, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos produtos não entregues.

b.2) de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos produtos não entregues, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, constantes do instrumento contratual, ou, ainda, fora das especificações contratadas;

b.3) de 0,3% (três décimos por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato e não discriminado nas alíneas anteriores, sobre o valor contratado, contada da comunicação da Contratante (via internet, fax, correio etc.), até cessar a inadimplência.

c) Impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, e suspensão por até 05 (cinco) anos no Cadastro de Fornecedores do Município.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA**

---

d) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da declaração da penalidade.

2 – O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos à Contratada e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

3 - As sanções previstas nas cláusulas “a)” a “c)” poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, salvo na hipótese de aplicação de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis.

4 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

a) A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega for devidamente justificado pelo Fornecedor e aceito pela Contratante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

5 - A inexecução parcial ou total do contratado, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93 poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis, observada a conclusão do processo administrativo pertinente;

6 - As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual ou eventuais atrasos decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

7 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Contratante descontar o seu valor das notas fiscais e/ou faturas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

8 - Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que:

a) Tenham, sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

### **XVIII - DA GARANTIA CONTRATUAL**

---

1 - Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

### **XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

---

1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

2 - Das sessões públicas de processamento do Pregão Presencial serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

2.1 - Às recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

3- Todos os documentos de habilitação; cujos envelopes forem abertos na sessão; e as propostas; serão rubricados pelo Pregoeiro; e pelos licitantes presentes que desejarem.

4 - O resultado do presente certame será divulgado no **diário oficial do Estado e do Município**.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA**

5 - Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no **DOE**.

6 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada na sede da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA/PB, após a celebração do contrato.

7 - Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar disposições deste Edital.

7.1 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.

7.2 - Acolhida à petição contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame.

7.3 - As despesas provenientes para o exercício de 2014 serão custeadas com recursos de programas municipais e correrão nas dotações do orçamento geral do município nas rubricas: 02.02 - Gabinete do Prefeito - 122.2010.2002 - Desenvolver as Atividades do Gabinete do Prefeito - 02.03 - Secretaria de Administração e Finanças - 122.2010.2003 - Desenvolver as atividades Administrativas da Secretaria - 02.04 - Secretaria de Agricultura - 122.2010.2005 - Desenvolver as Atividades Agrícolas - 02.06 - Secretaria de Educação e Cultura - 361.1004.2008 - Desenvolver as Atividades do FUNDEB - 361.1004.2009 - Desenvolver as Atividades do Ensino Fundamental - 361.1004.2011 - Desenvolver as Atividades do Transporte Escolar - 02.14 - Secretaria de Saúde - 122.2010.2015 - Desenvolver as Atividades do Fundo Municipal de Saúde - 02.16 - Secretaria de Infra Estrutura - 122.2010.2033 - Desenvolver as Atividades de Serviços Urbanos - 3390.30.000 - Material de Consumo

As eventuais contratações ocorridas em outros exercícios financeiros serão custeadas com recurso daquele exercício.

7.4 - O edital estará disponível para os interessados no setor de licitação, no endereço constante no preâmbulo deste termo, no horário de expediente normal de 08:00hs. As 12:00hs.

7.5 - Esta licitação poderá ser anulada ou revogada, aumentada ou reduzida nos limites estabelecidos por lei, sem que tenham as adjudicatárias direito a qualquer indenização, sempre quando os atos forem mais convenientes para a Administração, desde que bem justificado.

8 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

9 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

10 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12 - Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preço;

Anexo III – Minuta do Contrato;

Anexo IV - Modelo de declarações;

Anexo V - Modelo de proposta de preços;

Anexo VI – Modelo de declaração de pleno atendimento dos requisitos de Habilitação;

Anexo VII – Modelo declaração ME e EPP

Anexo VIII – Modelo de declaração de localização de estabelecimento



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

13 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Fórum da Comarca de Alagoa Grande - PB.

JUAREZ TÁVORA/PB, 17 de Dezembro de 2014

**Raff de Melo Porto**  
**Pregoeiro Oficial**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

**ANEXO I - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2014.**

**TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES**

## 1. OBJETO

**1.1.** Registro de Preço para eventual aquisição parcelada de Combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos pertencentes à frota municipal, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

### **LOTE I – DESTINADOS A TODOS AS EMPRESAS INCLUSIVE ME E EPP**

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	QUANT.	P. UNIT	P. TOTAL
1	LT	OLEO DIESEL	37.500		
2	LT	OLEO DIESEL S10	45.000		
3	LT	GASOLINA COMUM	45.000		

### **LOTE II – DESTINADO EXCLUSIVAMENTE AS ME E EPP**

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	QUANT.	P. UNIT	P. TOTAL
1	LT	OLEO DIESEL	12.500		
2	LT	OLEO DIESEL S10	15.000		
3	LT	ETANOL	5.000		
4	LT	GASOLINA COMUM	15.000		

**1.2 Local e Prazo do fornecimento:** Os combustíveis deverão ser fornecidos de forma imediata, em local apropriado e que distem no máximo 10 (dez) quilômetros no prédio sede da Prefeitura Municipal, mediante ordem de abastecimento pelo Departamento de Transporte.

**1.3 Adjudicação do Objeto:** será por quantidade

**1.4 Da estimativa a ser adquirida:** Estima-se que a quantidade a ser adquirido pela Prefeitura Municipal de Juarez Távora, órgão gerenciador da Ata de Registro de Preço, é o equivalente a no mínimo 60% (trinta por cento) de cada item constante deste termo.

**1.5 Da possibilidade de adesão de Órgãos não participantes:** Será permitida a adesão a ata de registro de preço por todos os órgãos da Administração Pública que desejarem fazer uso da mesma, desde que autorizado pela Prefeitura Municipal de Juarez Távora e aceito pelo fornecedor, até o limite de 5 (cinco) vezes o quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço.

**1.6 Da validade de ata de registro de preço:** A ata de registro de preço terá validade de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

## 2. JUSTIFICATIVA

---

2.1. Tendo em vista a manutenção dos serviços públicos, faz-se necessário a Aquisição de combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos pertencentes à frota municipal.

## 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

---

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, alterações, subsidiariamente a Lei n.º 8.666/93 alterações e demais normas inerentes à espécie.

## 4. DOS PRAZOS, DO LOCAL DO OBJETO DA LICITAÇÃO

---

4.1 Os combustíveis deverão ser fornecidos em locais apropriados e que distem no máximo 10 (dez) quilômetros no prédio sede da Prefeitura Municipal e serão fornecidos de forma imediata após a entrega da ordem de abastecimento/fornecimento, contendo a especificação dos produtos e a quantidade, emitida pelo Departamento de transporte, devidamente autorizada e identificado.

## 5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

---

5.1. Pelo menos um atestado de capacidade técnica que comprove a empresa já ter contratado com órgão (s) público (s) ou privado (s) com especificações compatíveis com o objeto licitado em papel timbrado contendo, endereço, fone/fax, assinado e rubricado **e reconhecido firma em cartório por pessoa competente.**

**Parágrafo primeiro:** entendem-se como pessoa competente, sócios, ordenador de despesa, secretários, diretores ou Dirigentes.

5.2 Registro na ANP – Agencia Nacional de Petróleo, de acordo com a portaria 116/2000, de 05/07/2000, informando a Bandeira Distribuidora.

5.3 Atestado emitido pelo INMETRO, quando a regularidade da aferição metrológica das bombas de combustíveis do estabelecimento.

## 6 – DA PROPOSTA DE PREÇO

---

6.1 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

6.2 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
- b) número do Pregão Presencial;
- c) descrição do objeto da presente licitação, com todos os elementos em conformidade com as especificações neste Termo de Referência;





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA**

---

- d) preço unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- e) Descrição do objeto;
- f) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 dias.

**6.3** - O pregoeiro poderá solicitar às licitantes que forneçam os esclarecimentos que julgar necessários em relação à planilha de custos.

**6.4** - Em caso de divergência entre os valores apresentados expressos em numerais e por extenso, prevalecerão estes. Eventuais correções poderão ocorrer, quando da análise das propostas, tendo por base a quantidade prevista e o preço unitário proposto.

**6.5** - Em caso de não incidência e/ou isenção de impostos, a licitante deverá indicar o documento legal que determine o benefício.

**6.6** - O objeto da licitação deverá ser de acordo com as condições contidas neste Termo de Referência.

**6.7** - Fica vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.

**6.8** - Não é permitida a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto da presente licitação.

**6.9** - Os preços propostos pela licitante vencedora permanecerão irrevogáveis, EXCETO quando comprovadamente comprometer o equilíbrio econômico-financeiro deste termo contratual.

**6.10** - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

**6.11** A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas no Edital e anexos

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

---

**7.1** O Contratado, obriga-se a:

**7.1.1** A Contratada deve cumprir todas as obrigações no Termo de Referência, anexos e proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**7.1.2.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**7.1.3.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**7.1.4.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**7.1.5.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**7.1.6.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

7.1.7 Permitir e facilitar a fiscalização do Contratado devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

---

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.1.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.2. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

8.1.3. Emitir requisição de ordem de abastecimento, através do servidor responsável.

## **9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

---

9.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

10.1. A disciplina das sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital e legislações correlatas.

JUAREZ TÁVORA/PB, 17 de Dezembro de 2014

**Raff de Melo Porto**  
**Pregoeiro Oficial**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

**ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Pregão Presencial nº 008/2014

No dia\_\_de\_\_\_\_\_ de 20\_\_, a Prefeitura Municipal de Juarez Távora, situada Na Rua José Mendonça de Araújo, N 171 – Centro Juarez Távora –PB - CEP – 58387-000 CNPJ – 08.919.490/0001-36, representado pelo \_\_\_\_\_, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, alterações, subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterações e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão presencial nº 008/2014, RESOLVE registrar o preço ofertado pelo Fornecedor Beneficiário \_\_\_\_\_, localizado \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, representado pelo \_\_\_\_\_ conforme quadro abaixo:

**LOTE I – DESTINADOS A TODOS AS EMPRESAS INCLUSIVE ME E EPP**

Item	Descrição	Quantidade Anual	Preço Unitário	Valor Anual
		(B)	(A)	(C) = (A)x(B)
<b>1</b>				
<b>TOTAL ANUAL (R\$)</b>				

**LOTE II – DESTINADO EXCLUSIVAMENTE AS ME E EPP**

Item	Descrição	Quantidade Anual	Preço Unitário	Valor Anual
		(B)	(A)	(C) = (A)x(B)
<b>1</b>				
<b>TOTAL ANUAL (R\$)</b>				

**Adjudicação do Objeto:** será por quantidade

**Da estimativa a ser adquirida:** Estima-se que a quantidade a ser adquirido pela Prefeitura Municipal de Juarez Távora, órgão gerenciador da Ata de Registro de Preço, é o equivalente a no mínimo 60% (sessenta por cento) de cada item.

**Da possibilidade de adesão de Órgãos não participantes:** Será permitida a adesão a ata de registro de preço por todos os órgãos da Administração Pública que desejarem fazer uso da mesma, desde que autorizado pela Prefeitura Municipal de Juarez Távora e aceito pelo fornecedor, até o limite de 5 (cinco) vezes o quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço.

**Da validade de ata de registro de preço:** A ata de registro de preço terá validade de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial.

**1. DO PRAZO E DOTAÇÃO**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA**

---

1.1 O prazo início do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades da Prefeitura, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, considerado a partir da emissão da ordem de fornecimento. As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta do orçamento vigente Recursos Próprios do Município.

## **2. DO PAGAMENTO**

---

2.1 O pagamento será efetuado parceladamente em até 30 dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA/PB.

2.2 O pagamento será feito mediante cheque nominal do Banco do Brasil ou outra instituição bancária da contratante.

2.3 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

2.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times P$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx/100)}{365}$$

Tx = utilizar IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## **3. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

---

3.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 05 dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços, que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso entre as partes.

3.1.1. Deverá ser incluído para formação de cadastro de reserva, na respectiva Ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, na forma do disposto no artigo 11, §1º do Decreto 7.892/13, respeitando-se, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata.

3.1.2. O registro a que se refere à condição 3.1.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

3.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA/PB.

3.3. Caso o licitante não assine a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido, bem assim, não mantenha as condições de habilitação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a Prefeitura declarará sem efeito os atos de classificação final, adjudicação e homologação e convocará licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo no mesmo prazo e nas mesmas condições do primeiro colocado.

3.3.1. Os autos do processo licitatório serão encaminhados ao Pregoeiro para que providencie a convocação, através de aviso no Diário Oficial do Estado, dos demais licitantes classificados para sessão de reabertura do certame.

3.3.2. Iniciada a reunião, o Pregoeiro negociará a redução do preço com o licitante e, em seguida, procederá conforme o disposto no edital.

3.3.3. Caso não obtenha sucesso na negociação com o segundo colocado, o Pregoeiro negociará com o licitante subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta com o preço igual ao do primeiro colocado.

3.3.4. Se nenhum licitante baixar seu preço para o preço do primeiro colocado, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inc. XXIII da Lei nº 10.520/2002 e art. 27, §3º do Decreto 5450/2005.

3.3.5. Obtida proposta que atenda às exigências do edital e verificada a habilitação do licitante, o Pregoeiro negociará com o licitante para que o mesmo reduza seu preço ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, tendo como objetivo a formação do cadastro de reserva, na forma do artigo 11, §1º do Decreto 7.892/13 e alterações.

3.3.6. Finalizados os procedimentos acima, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado ao licitante vencedor.

3.4. A licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação para a assinatura da Ata, bem como durante o período de sua vigência.

3.5. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado.

3.6. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA a firmar as contratações que deles poderão advir.

3.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

3.8. Em caso de adesões, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preço, observados as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

3.8.1. As adesões às atas somente poderão ser efetuadas com autorização do órgão gerenciador e, no caso, após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata. Após a autorização do órgão gerenciador, o “carona” deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.8.2. Para fins de autorização, só serão aceitos pedidos de adesões às atas que não excedam, por órgão ou entidade solicitante, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

3.8.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

#### **4. DA REVISÃO DOS PREÇOS**

---

4.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA**

---

- 4.2. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, a ser feita, preferencialmente, através de notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricante ou outros que demonstrem indiscutivelmente a elevação do custo do objeto.
- 4.3. Para a concessão desta revisão, a empresa deverá comunicar a Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado, anexando os documentos comprobatórios da majoração.
- 4.4. Durante o período de análise do pedido, a empresa deverá executar o contrato pelo preço registrado, mesmo que a revisão seja posteriormente julgada procedente.
- 4.5. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Prefeitura convocará o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- 4.6. A ordem de classificação das licitantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 4.7. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da entrega dos produtos.
- 4.8. Ocorrendo a situação acima descrita, a Prefeitura poderá, ainda, convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 4.9. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 4.10. O licitante vencedor somente será liberado, sem penalidade, do compromisso assumido na Ata de Registro de Preços quando:
- 4.11. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 4.12. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso.
- 4.13. A pedido do fornecedor.

## **5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

---

- 5.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- 5.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 5.1.2. Não assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Prefeitura, sem justificativa aceitável;
- 5.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 5.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei nº 10.520/02;
- 5.2. Poderá ainda ser cancelado o registro de preços na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 5.2.1. Por razão de interesse público; ou
- 5.2.2. A pedido do fornecedor.
- 5.3. Em qualquer caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa, o cancelamento ocorrerá mediante determinação da Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA/PB.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA**

---

**6. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DO OBJETO DA LICITAÇÃO.**

---

6.1 Os combustíveis deverão ser fornecidos em locais apropriados e que distem no máximo 10 (dez) quilômetros no prédio sede da Prefeitura Municipal e serão fornecidos de forma imediata após a entrega da ordem de abastecimento/fornecimento, contendo a especificação dos produtos e a quantidade, emitida pelo Departamento de transporte, devidamente autorizada e identificado.

**7 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMTO**

---

7.1 - A Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do objeto:

- a) Advertência por escrito sobre o descumprimento do contrato e outras obrigações assumidas, quando considerados faltas leves, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) Multa, observados os seguintes limites:
  - b.1) de 0,3% (três décimos por cento) por dia, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos produtos não entregues.
  - b.2) de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos produtos não entregues, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, constantes do instrumento contratual, ou, ainda, fora das especificações contratadas;
  - b.3) de 0,3% (três décimos por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato e não discriminado nas alíneas anteriores, sobre o valor contratado, contada da comunicação da Contratante (via internet, fax, correio etc.), até cessar a inadimplência.
- c) Impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, e suspensão por até 05 (cinco) anos no Cadastro de Fornecedores do Município.
- d) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da declaração da penalidade.

7.2 – O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos à Contratada e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

7.3 - As sanções previstas nas cláusulas “a)” a “c)” poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, salvo na hipótese de aplicação de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis.

7.4 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

a) A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega for devidamente justificado pelo Fornecedor e aceito pela Contratante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

7.5 - A inexecução parcial ou total do contratado, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93 poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis, observada a conclusão do processo administrativo pertinente;

7.6 - As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual ou eventuais atrasos decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

7.7 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Contratante descontar o seu valor das notas fiscais e/ou faturas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

7.8 - Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que:

- a) Tenham, sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

JUAREZ TÁVORA/PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

[Razão social da empresa]

Representante legal: [nome completo]

CI:[número e órgão emissor]

CPF:[número]

Instrumento de outorga de poderes:[procuração/contrato social/estatuto social]





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

**ANEXO III - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2014**

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE MINUTA DO CONTRATO QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
JUAREZ TÁVORA, ESTADO DA PARAÍBA, E  
A EMPRESA: \*\*\*\*, TENDO POR OBJETIVO A  
**AQUISIÇÃO PARCELADA DE  
COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS AO  
ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS  
PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL**

De um lado como CONTRATANTE, e assim denominado no presente instrumento, o Município Juarez Távora, Estado da Paraíba, com Sede na Rua José Mendonça de Araújo n 171, Centro Juarez Távora-PB, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.919.490/0001-36, ora representado pelo Senhora Prefeita Municipal Maria Ana Farias dos Santos, portador do CPF/MF n.º 952.710.154-91, residente e domiciliado na Rua Adalberto Pereira de Melo, n 43 – Centro Juarez Távora - PB, e de outro lado, como CONTRATADO(a), e assim denominado no presente instrumento, o(a) Proponente: \*\*\*\*, com sede \*\*\*\*, nº \*\*\*\*, CIDADE: \*\*\*\*, CNPJ/\*\*\*\*. Representado(a) pelo senhor(a) \*\*\*\*CPF\*\*\*\* RG \*\*\*\*.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:**

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão presencial registro de preço – 008/2014, processada nos termos da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, Lei complementar n.º 123/2006 e suas alterações, Decreto n.º 7892/13 e alterações bem como toda legislação correlata.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:**

O presente contrato tem por objeto: REGISTRO DE PREÇO para Aquisição parcelada de combustíveis.

O fornecimento deverá obedecer rigorosamente às condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, Pregão Presencial Registro de Preço – 008/2014 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 0,00 (Por extenso).

**CLÁUSULA QUARTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS:**

Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA**

---

A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico- financeiro, a ser feita, preferencialmente, através de notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricante ou outros que demonstrem indiscutivelmente a elevação do custo do objeto.

Para a concessão desta revisão, a empresa deverá comunicar a Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado, anexando os documentos comprobatórios da majoração.

Durante o período de análise do pedido, a empresa deverá realizar o fornecimento pelo preço registrado, mesmo que a revisão seja posteriormente julgada procedente.

Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Prefeitura convocará o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

A ordem de classificação das licitantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do fornecimento.

Ocorrendo a situação acima descrita, a Prefeitura poderá, ainda, convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O licitante vencedor somente será liberado, sem penalidade, do compromisso assumido na Ata de Registro de Preços quando:

Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

---

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta do orçamento vigente Recursos Próprios do Município de JUAREZ TÁVORA, nas seguintes dotações: 02.02 – Gabinete do Prefeito – 122.2010.2002 – Desenvolver as Atividades do Gabinete do Prefeito – 02.03 – Secretaria de Administração e Finanças – 122.2010.2003 – Desenvolver as atividades Administrativas da Secretaria – 02.04 – Secretaria de Agricultura – 122.2010.2005 – Desenvolver as Atividades Agrícolas – 02.06 – Secretaria de Educação e Cultura – 361.1004.2008 – Desenvolver as Atividades do FUNDEB – 361.1004.2009 – Desenvolver as Atividades do Ensino Fundamental – 361.1004.2011 – Desenvolver as Atividades do Transporte Escolar – 02.14 – Secretaria de Saúde – 122.2010.2015 – Desenvolver as Atividades do Fundo Municipal de Saúde – 02.16 – Secretaria de Infra Estrutura – 122.2010.2033 – Desenvolver as Atividades de Serviços Urbanos – 3390.30.000 – Material de Consumo.

As eventuais contratações ocorridas em outros exercícios financeiros serão custeadas com recurso daquele exercício.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado parceladamente em até 30 dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA/PB.

O pagamento será feito mediante cheque nominal do Banco do Brasil ou outra instituição bancária da contratante.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times P$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx/100)}{365}$$

Tx = utilizar IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS, VIGENCIA:**

O prazo início do fornecimento do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades da Prefeitura, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, considerado a partir da assinatura do contrato:

**Início do fornecimento:** Logo após assinatura do contrato, mediante ordem de fornecimento do setor de transporte.

O Contrato vigorará a contar de sua assinatura pelas partes até o dia \*\*/\*\*/\*\*\*\*. O prazo constante nesta cláusula poderá ser prorrogado, havendo acordo entre ambas as partes, depois de observado o Art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

### **CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZO E DO LOCAL**

Os combustíveis deverão ser fornecidos em locais apropriados e que distem no máximo 10 (dez) quilômetros no prédio sede da Prefeitura Municipal e serão fornecidos de forma imediata após a entrega da ordem de abastecimento/fornecimento, contendo a especificação dos produtos e a quantidade, emitida pelo Departamento de transporte, devidamente autorizada e identificado.

### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

Rua José Mendonça de Araújo, N 171 – Centro Juarez Távora –PB  
CEP – 58387-000 CNPJ – 08.919.490/0001-36



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA**

---

A Contratante obriga-se a:

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento no prazo previsto.

Emitir requisição de ordem de abastecimento, através do servidor responsável.

**CLÁUSULA DECIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

O Contratado obriga-se a:

O Contratado deve cumprir todas as obrigações nesta Minuta e proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas nesta minuta de contrato;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Permitir e facilitar a fiscalização do Contratado devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:**

A rescisão Contratual poderá ser:

Determinado por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados no Art. 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

Em caso de rescisão prevista nos Incisos XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem que haja culpa do(a) CONTRATADO(a), será essa ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão Contratual de que trata o Inciso I do Art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 acarretará as consequências previstas no Art. 80, Incisos I e IV, no que couber ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES**

A Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do objeto da presente Minuta do Contrato:

a) Advertência por escrito sobre o descumprimento do contrato e outras obrigações assumidas, quando considerados faltas leves, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) Multa, observados os seguintes limites:

b.1) de 0,3% (três décimos por cento) por dia, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA**

---

do prazo para cumprimento da obrigação, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos produtos não entregues;

b.2) de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos produtos não entregues, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, constantes do instrumento contratual, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

b.3) de 0,3% (três décimos por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato e não discriminado nas alíneas anteriores, sobre o valor contratado, contada da comunicação da Contratante (via internet, fax, correio etc.), até cessar a inadimplência.

c) Impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, e suspensão por até 05 (cinco) anos no Cadastro de Fornecedores do Município.

d) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da declaração da penalidade.

O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos à Contratada e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

As sanções previstas nas cláusulas “a)” a “c)” poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, salvo na hipótese de aplicação de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis.

As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

a) A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos materiais for devidamente justificado pelo Fornecedor e aceito pela Contratante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

A inexecução parcial ou total do contratado, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93 poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis, observada a conclusão do processo administrativo pertinente;

As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual ou eventuais atrasos decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Contratante descontar o seu valor das notas fiscais e/ou faturas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que:

a) Tenham, sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

Fica desde já eleito o Fórum da Comarca de Alagoa Grande - PB, Estado da Paraíba, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação/ou execução deste Contrato, não resolvidas na esfera Administrativa. E por estarem assim justos; Contratados e Concordantes com todas as Cláusulas e condições ora ajustadas, as partes assinam o presente Contrato Administrativo, que é feito em 03 (Três) vias de igual teor, na presença de duas Testemunhas instrumentais, que também assinam, devendo a CONTRATANTE, no prazo legal, providenciar a publicação, na imprensa Oficial, do extrato do Contrato, a teor no Art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal n.º 8.666/93, tudo para que o ato produza seus Jurídicos e Legais efeitos.

JUAREZ TÁVORA, \*\*\*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*

Maria Ana Farias dos Santos  
Prefeita/ CONTRATANTE

\*\*\*\*\*

CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1.º \_\_\_\_\_  
RG N.º

2.º \_\_\_\_\_  
RG N.º

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

*ANEXO IV – Modelo de Declarações*

(Papel timbrado da licitante)  
DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_(nome do licitante )\_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_-\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial nº 008/2014, DECLARA expressamente que:

- a) não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- b) não possuir dirigentes ou responsáveis técnicos que ocupem ou tenham ocupado cargo de direção, assessoramento superior, assistência, intermediária, cargo efetivo ou emprego na Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA, Estado da Paraíba ou em qualquer órgão ou entidade a eles vinculados, nos últimos 60 (sessenta) dias corridos, anteriores à data da publicação do Aviso deste Edital.
- c) não estarem impedidas de licitar, contratar e/ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de suas entidades descentralizadas.
- d) não ter sido declarada inidônea por Órgão ou por Entidade da Administração Direta, por Autarquias, Fundações ou Empresas Públicas e por demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.
- e) que não se enquadre nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

\_\_\_\_\_(*cidade e estado*)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

Nome ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

Cargo ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

Nº da cédula de identidade e órgão emitente: \_\_\_\_\_

Telefone, fax e e-mail para contato: \_\_\_\_\_

OBS.: Esta declaração deverá ser inserida no envelope de Documentos de Habilitação



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

ANEXO V - Modelo de Proposta de Preço

(Papel timbrado da licitante)  
PROPOSTA DE PREÇO

\_\_\_\_\_(NOME DO LICITANTE) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_,  
sediada \_\_\_\_\_ (endereço completo, telefone, fax e e-mail atualizados), por  
intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão N° 008/2014, apresenta  
Proposta de Preço para o fornecimento licitado, conforme abaixo especificado:

**LOTE I – DESTINADOS A TODOS AS EMPRESAS INCLUSIVE ME E EPP**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	P. UNIT	P. TOTAL

**LOTE II – DESTINADO EXCLUSIVAMENTE AS ME E EPP**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	P. UNIT	P. TOTAL

VALIDADE DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_ DIAS (mínimo de 60 dias)

BANCO (Código): \_\_\_\_\_ AGÊNCIA (Código): \_\_\_\_\_ PRAÇA: \_\_\_\_\_

BANCO (Nome): \_\_\_\_\_ CONTA CORRENTE: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_(cidade e estado)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

Nome ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

Cargo ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

N° da cédula de identidade e órgão emitente: \_\_\_\_\_

Telefone, fax e e-mail para contato: \_\_\_\_\_

\*\* Este formulário deverá ser inserido no envelope de Proposta de Preço.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

*ANEXO VI – Modelo de Declarações*

(Papel timbrado da licitante)  
DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_(nome do licitante )\_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, sediada  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal,  
infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial nº 008/2014, DECLARA expressamente que:

Tem conhecimento de todos os parâmetros e elementos da licitação e de concordância com os termos deste pregão e seus anexos inclusive aos requisitos de HABILITAÇÃO constante no edital.

\_\_\_\_\_(cidade e estado)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

Nome ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

Cargo ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

Nº da cédula de identidade e órgão emitente: \_\_\_\_\_

Telefone, fax e e-mail para contato: \_\_\_\_\_

**OBS: Esta declaração deverá ser apresentada fora do envelope de Documentos de Habilitação**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

*ANEXO VII - Modelo de Declaração – Somente para Micro e Pequenas Empresas*

(Papel timbrado da licitante)  
DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, para fins do Pregão Presencial nº 008/2014, DECLARA expressamente, sob as penalidade cabíveis, que :

- A) Encontra-se enquadrada como empresa de Micro e Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.  
B) Tem conhecimento dos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação e que não incide nos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

\_\_\_\_\_ (cidade e estado) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

Nome ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

Cargo ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

Nº da cédula de identidade e órgão emitente: \_\_\_\_\_

Telefone, fax e e-mail para contato: \_\_\_\_\_

**\*Esta declaração deverá ser entregue fora dos envelopes de habilitação e proposta logo após o credenciamento**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

---

*ANEXO VIII - Modelo de Declaração – Localização de Estabelecimento*

(Papel timbrado da licitante)  
DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, para fins do Pregão Presencial nº 008/2014, DECLARA expressamente, sob as penalidade cabíveis, que :

O estabelecimento comercial é situado no endereço \_\_\_\_\_, cuja distância é de \_\_\_\_\_ km do local onde encontra-se Prédio sede da Prefeitura Municipal de Juarez Távora localizado na Rua José Mendonça de Araújo, N 171 – Centro Juarez Távora –PB - CEP – 58387-000.

\_\_\_\_\_ (*cidade e estado*), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

Nome ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

Cargo ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

Nº da cédula de identidade e órgão emitente: \_\_\_\_\_

Telefone, fax e *e-mail* para contato: \_\_\_\_\_

**\*Esta declaração deverá ser entregue fora dos envelopes de habilitação e proposta logo após o credenciamento**

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
080/2014	PANORAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA	R\$ 24.590,00 (vinte e quatro mil e quinhentos e noventa reais)	01 de dezembro de 2014

MÔNICA ROCHA RODRIGUES ALVES  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria Municipal de Saúde  
Assessoria Jurídica

EXTRATO N.º 433/2014  
PROCESSO 22.981/2014

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, firmada para atender as finalidades precípuas da Administração, terá vigência até final do exercício financeiro, relativos ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 047/2013, nos Recursos Financeiros é na seguinte dotação orçamentária:

2.1. Os recursos financeiros necessários ao custeio do presente Contrato são da seguinte ordem: SUS

- Classificação funcional programática: 13.301.10.302.5005.4280- Manter e implementar os serviços de média e alta complexidade do Complexo Hospitalar de Mangabeira Governador Tarcísio Burity- CHMGTB;

- Classificação funcional programática: 13.301.10.302.5005.4290- Manter e implementar os serviços de média e alta complexidade do Hospital Municipal Santa Isabel- HMSI

Elemento de despesa: 33.90.30- Material de Consumo.

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
079/2014	CIRUFARMA COMERCIAL LTDA	R\$ 30.370,00 (trinta mil trezentos e setenta reais)	01 de dezembro de 2014

MÔNICA ROCHA RODRIGUES ALVES  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

## Prefeitura Municipal de Juarez Távora

### LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2014  
(SRP)

A Comissão Permanente de Licitação – CPL, da Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA – PB, nos termos da Lei 10.520/02 e disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei complementar n.º 123/2006 alterações, Decreto n.º 7892/2013 e alterações bem como toda legislação correlata, tornar público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial Sistema de Registro de Preço do tipo menor preço na forma de Execução Indireta, sob o regime de empreitada do tipo menor preço por item, objetivando a AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, em sessão pública para abertura dos envelopes de proposta e habilitação que realizar-se-á as 11:00hs do dia 09/01/2015, na sede da Prefeitura Municipal de PITIMBU/PB, na CPL localizado na Rua José Mendonça de Araújo, N 171 – Centro Juarez Távora –PB – CEP – 58387-000.

JUAREZ TÁVORA, 17 de Dezembro de 2014

Raff de Melo Porto  
Pregoeiro Oficial

## Prefeitura Municipal de Mamanguape

### LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

RETIFICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO  
DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
(INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 012/2014)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA.

CONTRATADOS:  
FABIOLA MARQUES MONTEIRO DE BRITO

CPF/MF: 047.688.704-65

Valor mensal: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Período contratação: 12 (Doze) meses

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 Art. 25, Inciso II e suas alterações posteriores.

RATIFICO nos termos do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 a Inexigibilidade de Licitação n.º 012/2014, em conformidade com o parecer técnico emanado pela Comissão Permanente de Licitação no dia 23 de outubro de 2014.

Mamanguape, PB – 03 de novembro de 2014.

EDUARDO CARNEIRO DE BRITO  
Prefeito de Mamanguape - PB

RETIFICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO  
DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
(INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 013/2014)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA.

CONTRATADOS:

TERESA RAQUEL DE LYRA PEREIRA LIMA

CPF/MF: 070.999.514-83

Valor mensal: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)

Período contratação: 12 (Doze) meses

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 Art. 25, Inciso II e suas alterações posteriores.

RATIFICO nos termos do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 a Inexigibilidade de Licitação n.º 013/2014, em conformidade com o parecer técnico emanado pela Comissão Permanente de Licitação no dia 03 de novembro de 2014.

Mamanguape, PB – 03 de novembro de 2014.

EDUARDO CARNEIRO DE BRITO

Prefeito de Mamanguape - PB

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL-SRP N.º 026/2014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE, torna público que fará realizar através do pregoeiro oficial para conhecimento dos interessados nos termos da Lei n.º 10.520/2002 alterações, subsidiariamente a Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei complementar n.º 123/2006 alterações e demais normas inerentes a espécie, que realizará licitação na modalidade pregão presencial para registro de preço, do tipo menor preço por item, EXCLUSIVO para empresas enquadradas como ME e EPP no dia 09 de janeiro de 2015 as 10:00 horas, tendo como objetivo: AQUISIÇÃO DE URNAS FÚNEBRES E TRASLADO, DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE. A reunião ocorrerá na sala da CPL no prédio sede da Prefeitura Municipal de Mamanguape, na Rua Antenor Navarro, nº10, Centro, MAMANGUAPE – PB. Maiores informações na COPELI no endereço acima descrito, no horário de expediente normal de 08:00 as 12:00 Horas.

Mamanguape-PB, 18 de Dezembro de 2014.

Milton de Almeida e Silva Junior  
Pregoeiro Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL-SRP N.º 027/2014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE, torna público que fará realizar através do pregoeiro oficial para conhecimento dos interessados nos termos da Lei n.º 10.520/2002 alterações, subsidiariamente a Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei complementar n.º 123/2006 alterações e demais normas inerentes a espécie, que realizará licitação na modalidade pregão presencial para registro de preço, do tipo menor preço por item, EXCLUSIVO para empresas enquadradas como ME e EPP no dia 09 de janeiro de 2015 as 11:30 horas, tendo como objetivo: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PAES, BOLACHAS E PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL. A reunião ocorrerá na sala da CPL no prédio sede da Prefeitura Municipal de Mamanguape, na Rua Antenor Navarro, nº10, Centro, MAMANGUAPE – PB. Maiores informações na COPELI no endereço acima descrito, no horário de expediente normal de 08:00 as 12:00 Horas.

Mamanguape-PB, 18 de Dezembro de 2014.

Milton de Almeida e Silva Junior  
Pregoeiro Oficial

### EXTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO

N.º 066/2014

INEXIGIBILIDADE N.º 012/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE

ADVOCACIA JUNTO AO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE.

CONTRATADO: FABIOLA MARQUES MONTEIR DE BRITO

CPF/MF nº 047.688.704-65

PRAZO: 02/11/2015

VALOR TOTAL: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Cujos Recursos serão provenientes na dotação: 02.02-SEC.DE ADMINISTRAÇÃO – 0412200522.003 - MANUT.D/ ATIVIDADES DA SEC.DE ADMINISTRAÇÃO – 3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA - 3.3.90.36.99 - SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA. Mamanguape, 03 de novembro de 2014.

EDUARDO CARNEIRO DE BRITO - Prefeito

CONTRATANTE

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO N.º 067/2014

INEXIGIBILIDADE N.º 013/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE

ADVOCACIA JUNTO AO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE.

CONTRATADO: TERESA RAQUEL DE LYRA PEREIRA LIMA

CPF/MF nº 070.999.514-83

PRAZO: 02/11/2015

VALOR TOTAL: R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais).

Cujos Recursos serão provenientes na dotação: 02.02-SEC.DE ADMINISTRAÇÃO – 0412200522.003 - MANUT.D/ ATIVIDADES DA SEC.DE ADMINISTRAÇÃO – 3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA - 3.3.90.36.99 - SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA. Mamanguape, 03 de novembro de 2014.

EDUARDO CARNEIRO DE BRITO - Prefeito

CONTRATANTE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2014**

**AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

A Prefeitura Municipal de Olho D'água, através de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que o recurso interposto pela empresa CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E INDÚSTRIA EIRELI EPP: CNPJ sob nº 07.177.669/0001-00, em face do resultado do julgamento de habilitação da Tomada de Preços 0002/2014, foi julgado improcedente, decidindo pela manutenção da habilitação de recurso, sendo aberto os envelopes propostas de preços, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas do dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**MARLENE TIBURTINO LETTE**  
Presidente da CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2014**

**AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

A Prefeitura Municipal de Olho D'água, através de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que o recurso interposto pela empresa CEBRO ENGENHARIA LTDA EPP: CNPJ sob nº 07.940.834/0001-26, em face do resultado do julgamento de habilitação da Tomada de Preços 0002/2014, foi julgado improcedente, decidindo pela manutenção da habilitação de recurso, respeitando as cláusulas do Edital e da Lei 8.666/93. Não havendo contra razões de recurso, sendo aberto os envelopes propostas de preços, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas do dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**MARLENE TIBURTINO LETTE**  
Presidente da CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2014**

**AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

A Prefeitura Municipal de Olho D'água, através de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que o recurso interposto pela empresa COMPASSO EMPREENDIMENTOS LTDA ME: CNPJ sob nº 13.700.866/0001-00, em face do resultado do julgamento de habilitação da Tomada de Preços 0002/2014, foi julgado improcedente, decidindo pela manutenção da habilitação de recurso, respeitando as cláusulas do Edital e da Lei 8.666/93. Não havendo contra razões de recurso, sendo aberto os envelopes propostas de preços, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas do dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**MARLENE TIBURTINO LETTE**  
Presidente da CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2014**

**AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

A Prefeitura Municipal de Olho D'água, através de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que o recurso interposto pela empresa COMPASSO EMPREENDIMENTOS LTDA ME: CNPJ sob nº 13.700.866/0001-00, em face do resultado do julgamento de habilitação da Tomada de Preços 0002/2014, foi julgado improcedente, decidindo pela manutenção da habilitação de recurso, respeitando as cláusulas do Edital e da Lei 8.666/93. Não havendo contra razões de recurso, sendo aberto os envelopes propostas de preços, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas do dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**MARLENE TIBURTINO LETTE**  
Presidente da CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2014**

**AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

A Prefeitura Municipal de Olho D'água, através de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que o recurso interposto pela empresa COMPASSO EMPREENDIMENTOS LTDA ME: CNPJ sob nº 13.700.866/0001-00, em face do resultado do julgamento de habilitação da Tomada de Preços 0002/2014, foi julgado improcedente, decidindo pela manutenção da habilitação de recurso, respeitando as cláusulas do Edital e da Lei 8.666/93. Não havendo contra razões de recurso, sendo aberto os envelopes propostas de preços, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas do dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**MARLENE TIBURTINO LETTE**  
Presidente da CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2014**

**AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

A Prefeitura Municipal de Olho D'água, através de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que o recurso interposto pela empresa COMPASSO EMPREENDIMENTOS LTDA ME: CNPJ sob nº 13.700.866/0001-00, em face do resultado do julgamento de habilitação da Tomada de Preços 0002/2014, foi julgado improcedente, decidindo pela manutenção da habilitação de recurso, respeitando as cláusulas do Edital e da Lei 8.666/93. Não havendo contra razões de recurso, sendo aberto os envelopes propostas de preços, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas do dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**MARLENE TIBURTINO LETTE**  
Presidente da CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2014**

**AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

A Prefeitura Municipal de Olho D'água, através de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que o recurso interposto pela empresa COMPASSO EMPREENDIMENTOS LTDA ME: CNPJ sob nº 13.700.866/0001-00, em face do resultado do julgamento de habilitação da Tomada de Preços 0002/2014, foi julgado improcedente, decidindo pela manutenção da habilitação de recurso, respeitando as cláusulas do Edital e da Lei 8.666/93. Não havendo contra razões de recurso, sendo aberto os envelopes propostas de preços, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas do dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**MARLENE TIBURTINO LETTE**  
Presidente da CPL

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2014**  
**CONCORRÊNCIA Nº 001/2014**  
Objeto: Construção de Escala com 12 Salas de Aula e Loteamento Adoção Telexeira na Sede do Município de Itaporanga-PB.  
Data de Abertura: 21/01/2015 às 10:00 (dez) horas (horário local).  
Local: CPL – Comissão Permanente de Licitação.  
Rua Saldanha Pessoa, 31, Bairro Centro (ao lado da prefeitura).  
Itaporanga-PB – CEP: 55.780-000.  
Valor Estimado: R\$ 3.417.088,47.  
Fonte de Recurso: FINEC – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Termo de Compromisso PAR nº 23831/2014.

Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB, na Rua Saldanha Pessoa, 31, Bairro Centro, na Sede do Município.  
Itaporanga-PB, 17 de dezembro de 2014.

**CHARLES CORCINO DA SILVA**  
Presidente da CPL

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UAIURANA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015**  
Objeto: Contratação de Equipamento de Projeto Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Silveira Claudino, SN - Centro - Uaiurana - PB. As 03:30 horas do dia 02 de Janeiro de 2015, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para aquisição de Medicamentos Psicotrópicos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Uaiurana. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.  
Telefone: (083) 35342113.

Uaiurana - PB, 18 de dezembro de 2014

**LUCIMÁRIO QUEIROGA**  
Presidente Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UAIURANA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015**  
Objeto: Contratação de Equipamento de Projeto Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Silveira Claudino, SN - Centro - Uaiurana - PB. As 03:30 horas do dia 02 de Janeiro de 2015, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para aquisição de Medicamentos Psicotrópicos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Uaiurana. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.  
Telefone: (083) 35342113.

Uaiurana - PB, 18 de dezembro de 2014

**LUCIMÁRIO QUEIROGA**  
Presidente Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UAIURANA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015**  
Objeto: Contratação de Equipamento de Projeto Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Silveira Claudino, SN - Centro - Uaiurana - PB. As 03:30 horas do dia 02 de Janeiro de 2015, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para aquisição de Medicamentos Psicotrópicos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Uaiurana. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.  
Telefone: (083) 35342113.

Uaiurana - PB, 18 de dezembro de 2014

**LUCIMÁRIO QUEIROGA**  
Presidente Oficial

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NATUBA**  
**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2014**  
Objeto: Contratação de Empresa para Construção de Uma Quadra Coberta com Vestiário, referência a Tomada de Preços nº 00004/2014, que objetiva CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO, HOMOLOGADO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICADO o seu objeto a: VASCONCELOS & MAGALHÃES EMPREENDIMENTOS LTDA - R\$ 508.672,29.

**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 00005/2014**  
Objeto: Contratação de Empresa para Construção de Uma Quadra Coberta com Vestiário, referência a Tomada de Preços nº 00005/2014, que objetiva CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO, HOMOLOGADO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICADO o seu objeto a: NORDDON NORDEST CONSTRUTORA LTDA - EPP - R\$ 507.450,00.

Natuba - PB, 18 de dezembro de 2014

**JOSÉ LINS DA SILVA FILHO**  
Presidente

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NATUBA**  
**EXTRATO DE CONTRATOS**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO, FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00004/2014. DOTACIÓN: R\$ 508.672,29. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO, FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00005/2014. DOTACIÓN: R\$ 507.450,00. Elementos de Descrição: 4480.51 VIÊNCIA: 180 (cento e oitenta) das PARTES CONTRATANTES. Prefeitura Municipal de Natuba - CT Nº 00628/2014 - 18.12.14 - NORDDON NORDEST CONSTRUTORA LTDA - EPP - R\$ 507.450,00.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO, FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00004/2014. DOTACIÓN: R\$ 508.672,29. Elementos de Descrição: 4480.51 VIÊNCIA: 180 (cento e oitenta) das PARTES CONTRATANTES. Prefeitura Municipal de Natuba - CT Nº 00628/2014 - 18.12.14 - VASCONCELOS & MAGALHÃES EMPREENDIMENTOS LTDA - R\$ 508.672,29.

Natuba - PB, 18 de dezembro de 2014

**JOSÉ LINS DA SILVA FILHO**  
Presidente

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015**  
Objeto: Contratação de Equipamento de Projeto Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua José Araújo Dantas, 229 - Centro - Cubati - PB. As 03:30 horas do dia 31 de dezembro de 2014, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para aquisição de Medicamentos Psicotrópicos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Uaiurana. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.  
Telefone: (083) 33851101.

Cubati - PB, 18 de dezembro de 2014

**ADRIANO CUNHADE SOUTO**  
Presidente Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015**  
Objeto: Contratação de Equipamento de Projeto Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua José Araújo Dantas, 229 - Centro - Cubati - PB. As 03:30 horas do dia 31 de dezembro de 2014, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para aquisição de Medicamentos Psicotrópicos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Uaiurana. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.  
Telefone: (083) 33851101.

Cubati - PB, 18 de dezembro de 2014

**ADRIANO CUNHADE SOUTO**  
Presidente Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015**  
Objeto: Contratação de Equipamento de Projeto Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua José Araújo Dantas, 229 - Centro - Cubati - PB. As 03:30 horas do dia 31 de dezembro de 2014, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para aquisição de Medicamentos Psicotrópicos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Uaiurana. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.  
Telefone: (083) 33851101.

Cubati - PB, 18 de dezembro de 2014

**ADRIANO CUNHADE SOUTO**  
Presidente Oficial

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**SANTA RITA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

Ass. quem dias do mês de dezembro de 2014, no Auditório do Centro Administrativo de Licitação, sob a presidência de JOSÉ ROBINSON FAUSTO, foram recebidos os recursos interpostos em face do resultado do julgamento de habilitação de recurso, no dia 30 de dezembro de 2014, às 09:00 horas.

**José Roberto Farias**  
Presidente da CPL

**CIAD DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA - CINEP - CNPJ/CNPJ Nº 09.123.027/0001-46**

Objeto: Contratação de Empresa para Construção de Uma Quadra Coberta com Vestiário, referência a Tomada de Preços nº 00004/2014, que objetiva CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO, HOMOLOGADO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICADO o seu objeto a: VASCONCELOS & MAGALHÃES EMPREENDIMENTOS LTDA - R\$ 508.672,29.

**Talana de Rocha Damasceno**  
Diretora Superintendente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE**

Edital de convocação de Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Coqueiral Beach", de responsabilidade da IBASA Brasil Empreendimentos Imobiliários S/A.

A Secretária do Meio Ambiente do Município de João Pessoa comunica que será realizada audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do empreendimento "Coqueiral Beach", de responsabilidade da IBASA Brasil Empreendimentos Imobiliários S/A (Processo de Licenciamento Público nº 2012/07884). A audiência será realizada no dia 20 de janeiro de 2015, às 10 horas, no Auditório da Educação Cívica de João Pessoa, localizada



# Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 19/12/2014 às 14:57:28 foi protocolizado o documento sob o N° 66843/14 do Aviso da Licitação n° 00008/2014 referente ao exercício de 2014, referente a(o) Prefeitura Municipal de Juarez Távora, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Nilcelanio Rogerio de Oliveira.

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Juarez Távora

Número da Licitação: 00008/2014

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo do Objeto: Compras e Serviços

Valor Estimado: R\$ 496.850,00

Objeto: aquisição parcelada de combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos pertencentes à frota municipal

Data do Ato: 19/12/2014

Data e Hora do Certame: 09/01/2015 11:00

Local do Certame: Prefeitura Municipal Sala da CPL

**João Pessoa, 19 de Dezembro de 2014**



**Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB**